

# Dúvidas sobre a dívida

GAZETA MERCANTIL

08 FEV 1993

por Celso Pinto  
de Londres



Pedro Malan

Os negociadores da dívida brasileira concluíram o roteiro básico da venda-gem internacional do acordo com os bancos credores, na sexta-feira, em Londres, deixando em aberto duas questões cruciais: como ficarão as garantias para os bônus se não houver acerto com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e qual a distribuição aceitável entre as seis opções existentes para o acordo?

O negociador da dívida, Pedro Malan, é deliberadamente vago em relação aos dois pontos por duas razões. Em primeiro lugar, são questões hipotéticas e não há por que se comprometer com respostas antes que elas se cristalizem. A outra razão é que nos dois casos as respostas poderão envolver negociações delicadas com os bancos — e nenhum lado quer expor

suas cartas antes do tempo.

A exposição em Londres foi para mais de 220 banqueiros, reunidos num cinema do centro cultural do "Barbican", ao lado da City. Ela se seguiu a palestras semelhantes em Nova York, Tóquio, Frankfurt e Paris. Ficou faltando apenas o Canadá.

Sabendo por antecipação as principais dúvidas dos credores, Malan tocou em todos os pontos sensíveis do acordo, enquanto Fernando Holanda, secretário de Política Econômica, do Ministério da Fazenda, e Murilo Portugal, secretário do Tesouro, procuraram dar um panorama do esforço de ajuste econômico do governo. A maioria das perguntas acabou concentrando-se mais em aspectos técnicos do acordo do que na sua substância.

Os resultados do esforço de venda do acordo só estarão visíveis mais perto do dia 22 de fevereiro, data sugerida para os bancos enviarem seu comprometimento com o acordo para o Banco Central (BC). Espera-se atingir a "massa crítica", ou seja, um volume de 95% da dívida, até o dia 15 de março. Pelo número de respostas que já chegaram ao BC, ainda é cedo para fazer prognósticos, diz Malan.

Tanto o Brasil quanto o banco que lidera o comitê assessor, o Citibank, estão confiantes em que o acordo acabará saindo. Jack Guenther, vice-presidente sênior do Citibank, disse a este jornal, na semana passada, que, embora haja dúvidas importantes em torno do acordo e da economia brasileira, para os bancos "é difícil resistir" à tentação de assiná-lo.

Nenhum dos dois lados fala abertamente nisso, mas o raciocínio subjacente é que se esse acordo falhar dificilmente haverá outro para discutir antes de 1996 ou 1997. O governo Itamar Franco dificilmente refaria todo o exercício desde o início, e o futuro presidente certamente precisaria de pelo menos seis meses para botar algo sobre a mesa. Como a negociação tende a demorar mais de um ano, chega-se facilmente a 1997.

(Continua na página 15)

*A missão chefiada pelo ministro da Fazenda, Paulo Haddad, que embarcou para Washington na sexta-feira à noite, e que vai encontrar-se com representantes do FMI, não tem a presença de nenhum senador. Segundo o ministério, isso se deve ao fato de não se tratar de uma missão negociadora, mas apenas de conhecimento e apresentação da nova equipe ao FMI.*

(Ver página 15)